



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 100,00

<p>Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».</p>	<p>ASSINATURA</p> <p>Ano</p> <p>As três séries Kz: 611 799.50</p> <p>A 1.ª série Kz: 361 270.00</p> <p>A 2.ª série Kz: 189 150.00</p> <p>A 3.ª série Kz: 150 111.00</p>	<p>O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.</p>
---	---	---

IMPRESA NACIONAL - E.P.

Rua Henrique de Carvalho n.º 2

E-mail: callcenter@impresanacional.gov.ao/marketing@impresanacional.gov.ao/www.impresanacional.gov.ao

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores,

Temos a honra de convidá-los a visitar a página da internet no site www.impresanacional.gov.ao, onde poderá ter acesso, entre outras informações, aos sumários dos conteúdos do *Diários da República* nas três Séries.

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto de as respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem efectuadas com a devida oportunidade;

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que, até 15 de Dezembro de 2019, estarão abertas as respectivas assinaturas para o ano 2020, pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Enquanto não for ajustada a nova tabela de preços a cobrar pelas assinaturas para o fornecimento do *Diário da República* para o ano de 2020, passam, a título provisório, a ser cobrados os preços abaixo acrescidos do imposto de consumo de 2% (dois por cento) enquanto o IVA não vigorar:

a) *Diário da República* Impresso:

As 3 Séries.....	Kz: 910.357,66
1.ª Série.....	Kz: 537.569,76
2.ª Série.....	Kz: 281.455,20
3.ª Série.....	Kz: 223.365,17

b) *Diário da República* Gravado em CD:

As 3 Séries.....	Kz: 734.159,40
1.ª Série.....	Kz: 433.524,00
2.ª Série.....	Kz: 226.980,00
3.ª Série.....	Kz: 180.133,20

2. Tão logo seja publicado o preço definitivo, os assinantes terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para liquidar a diferença apurada, visando assegurar a continuidade do fornecimento durante o período em referência.

3. As assinaturas serão feitas apenas em regime anual.

4. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 147.571,16, que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola - E.P. no ano de 2020.

5. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

6. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* da 3.ª Série, através do correio electrónico, deverão indicar o endereço de correio electrónico, a fim de se processar o envio.

Observações:

- Estes preços poderão ser alterados caso se registem desvalorização da moeda nacional ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;
- As assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2019 sofrerão um acréscimo aos preços em vigor de uma taxa correspondente a 15%.

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 322/19:

Aprova a abertura do crédito adicional especial no montante Kz: 10 234 752 774,85 para suportar as despesas relacionadas com a melhoria das condições de assistência médica e medicamentosa de algumas unidades sanitárias do País.

Decreto Presidencial n.º 323/19:

Nomeia Joel Leonardo para o cargo de Juiz Presidente do Tribunal Supremo da República de Angola.

Despacho Presidencial n.º 187/19:

Aprova sem qualquer custo adicional a minuta da Adenda ao contrato para a reabilitação e expansão das redes de distribuição de média e baixa tensão, iluminação pública e ligações domiciliárias da zona urbana e suburbana da Cidade de Mbanza Congo, Província do Zaire, no valor equivalente em Kwanzas a USD 45 666 815,37 e autoriza o Ministro da Energia e Águas, com a faculdade de sub-delegar e em representação do Estado Angolano, a celebrar a referida adenda com a Empresa Africa Equipment and Engineering Power EPC S.A.U, sucessora legal da empresa Africa Equipment and Engineering, Power, S.A. — Revoga o ponto 3 do Despacho Presidencial n.º 56/13, de 26 de Junho.

Despacho Presidencial n.º 188/19:

Nomeia o Conselho de Administração ENNA - E.P. e delega competências ao Ministro dos Transportes para conferir posse aos membros do Conselho de Administração da referida Sociedade.

Despacho Presidencial n.º 189/19:

Nomeia o Conselho de Administração da Sociedade Gestora de Aeroportos, S.A. — SGA, S.A. e delega competências ao Ministro dos Transportes para conferir posse aos membros do Conselho de Administração da referida Sociedade.

Ministério das Finanças

Decreto Executivo n.º 326/19:

Aprova o Modelo de Selo de Identificação dos Contribuintes Enquadrados no Regime Geral do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 322/19 de 30 de Outubro

Havendo necessidade de se proceder à autorização do crédito adicional no Orçamento Geral do Estado, para o Exercício Económico de 2019, para suportar as despesas relacionadas com a melhoria das condições de assistência médica e medicamentosa de algumas unidades sanitárias do País;

Tendo em conta que a Lei n.º 15/10, de 14 de Julho — Lei do Orçamento Geral do Estado, determina na alínea b) do n.º 2 do artigo 26.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 27.º que os créditos suplementares e especiais autorizados por Lei são abertos por Decreto Presidencial;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 20.º das Regras Anuais de Execução do Orçamento Geral do Estado, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 130/19, de 7 de Maio, o seguinte:

ARTIGO 1.º**(Aprovação de abertura de crédito adicional especial)**

É aprovada a abertura do crédito adicional especial no montante de Kz: 10 234 752 774,85 (dez mil milhões, duzentos e trinta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e setenta e quatro Kwanzas e oitenta e cinco cêntimos) para suportar as despesas relacionadas com a melhoria das condições de assistência médica e medicamentosa de algumas unidades sanitárias do País.

ARTIGO 2.º**(Atribuição do crédito adicional especial)**

1. O montante do crédito adicional especial referido no artigo 1.º é atribuído faseadamente, em função das disponibilidades financeiras.

2. O crédito adicional especial aberto, nos termos do presente Diploma, é afecto à Unidade Orçamental Ministério da Saúde.

ARTIGO 3.º**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º**(Entrada em vigor)**

O presente Diploma entra em vigor no dia seguinte a data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Outubro de 2019.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Decreto Presidencial n.º 323/19 de 30 de Outubro

Considerando que o Presidente do Tribunal Supremo apresentou ao Plenário do Tribunal Supremo e ao Conselho Superior da Magistratura Judicial a sua renúncia ao cargo de Venerando Juiz Presidente do Tribunal, o qual implicou a cessação, com efeitos imediatos, do exercício do cargo e a consequente vacatura;

Considerando que na sequência dessa renúncia o Conselho Superior da Magistratura Judicial procedeu à abertura do procedimento eleitoral para a substituição do Presidente daquela instância suprema ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 13/11, de 18 de Março — Lei Orgânica do Tribunal Supremo e do respectivo Regulamento Eleitoral;

Tendo em conta que, após a realização do Processo Eleitoral entre os Juizes Conselheiros do Tribunal Supremo, o Conselho Superior da Magistratura Judicial propôs ao Presidente da República os nomes dos três candidatos ao cargo de Presidente do Tribunal Supremo, nos termos do n.º 3 do artigo 181.º da Constituição;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea f) do artigo 119.º, do n.º 3 do artigo 181.º e do n.º 3 do artigo 125.º, todos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º**(Nomeação do Presidente do Tribunal Supremo)**

É nomeado o Juiz Conselheiro Joel Leonardo para o cargo de Venerando Juiz Presidente do Tribunal Supremo da República de Angola.

ARTIGO 2.º**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 29 de Outubro de 2019.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Despacho Presidencial n.º 187/19
de 30 de Outubro

Considerando que através do Despacho Presidencial n.º 56/13, de 26 de Junho, foi aprovado o Projecto e o Contrato para a Reabilitação e Expansão das Redes de Distribuição de Média e Baixa Tensão, Iluminação Pública e Ligações Domiciliares da Zona Urbana e Suburbana da Cidade de Mbanza Congo, Província do Zaire;

Convindo garantir a continuidade da execução do referido Projecto e Contrato, tendo em conta que foi obtido um Acordo de Crédito ao abrigo da cooperação com o Reino de Espanha (CESCE) para financiar as obras suspensas desde 2014;

Havendo necessidade de se efectuar uma Adenda ao referido Contrato, para retoma dos trabalhos suspensos e actualizar o âmbito do Contrato, sem qualquer custo adicional;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte;

1.º — É aprovada sem qualquer custo adicional a minuta da Adenda ao Contrato para a Reabilitação e Expansão das Redes de Distribuição de Média e Baixa Tensão, Iluminação Pública e Ligações Domiciliares da Zona Urbana e Suburbana da Cidade de Mbanza Congo, Província do Zaire, no valor equivalente em Kwanzas a USD 45 666 815,37 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quinze dólares americanos e trinta e sete cêntimos).

2.º — O Ministro da Energia e Águas é autorizado, com a faculdade de subdelegar e em representação do Estado Angolano, a celebrar a adenda acima referida com a empresa África Equipment and Engineering Power EPC S.A.U, sucessora legal da empresa África Equipment and Engineering, Power, S.A.

3.º — O Ministério das Finanças deve assegurar os recursos financeiros necessários à implementação do referido projecto, ao abrigo da Linha de Crédito de Espanha assegurada pela Companhia Espanhola de Seguros de Crédito a Exportação (CESCE).

4.º — É revogado o ponto 3 do Despacho Presidencial n.º 56/13, de 26 de Junho.

5.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Presidente da República.

6.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Outubro de 2019.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Despacho Presidencial n.º 188/19
de 30 de Outubro

Havendo necessidade de se proceder à nomeação do Conselho de Administração da ENNA-E.P., Empresa Nacional de Navegação Aérea, E.P., criada ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 206/19, de 1 de Julho;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 11/13, de 3 de Setembro — Lei do Sector Empresarial Público, o seguinte:

1. É nomeado o Conselho de Administração da ENNA-E.P., com a seguinte composição:

- a) Manuel Agostinho Filipe Júnior — Presidente do Conselho de Administração;
- b) Júlio Cesar de Oliveira Furtado — Administrador Executivo;
- c) José Agostinho Gonçalves — Administrador Executivo;
- d) António Borges Pereira — Administrador Executivo;
- e) Bernarda de Paiva Henrique — Administradora Executiva;
- f) António de Jesus Marcolino Paulo Pombal — Administrador não Executivo;
- g) Joaquim Dias dos Santos Neto — Administrador não Executivo.

2. São delegadas competências ao Ministro dos Transportes para conferir posse aos membros do Conselho de Administração da referida Sociedade.

3. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Presidente da República.

4. O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Outubro de 2019.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Despacho Presidencial n.º 189/19
de 30 de Outubro

Havendo necessidade de se proceder à nomeação do Conselho de Administração da Sociedade Gestora de Aeroportos, S.A. (SGA,S.A.), criada ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 207/19, de 1 de Julho;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 11/13, de 3 de Setembro — Lei do Sector Empresarial Público, o seguinte:

1. É nomeado o Conselho de Administração da Sociedade Gestora de Aeroportos, S.A. — SGA, S.A., com a seguinte composição:

- a) Mário Miguel Domingues — Presidente do Conselho de Administração, Administrador não Executivo;